

UMA REFLEXÃO SOBRE ATTITUDES LINGÜÍSTICAS

Leila Salomão Jacob Bisinoto

UNEMAT – CEPEL/CNPq – Projeto “Vozes da Cidade”

RESUMO: *Este texto refaz o percurso das teorias sociolingüísticas, pontuando o modo como têm tratado questões caras a esse domínio de estudos, tais como ‘atitude lingüística’, ‘preconceito lingüístico’, ‘politicamente correto’, ‘diglossia’, entre outras. Ao longo do percurso, a autora reflete sobre as relações entre sujeito falante e língua nas teorias abordadas, bem como sobre os gestos políticos presentes nas pesquisas e as políticas lingüísticas sustentadas em tais teorias.*

ABSTRACT: *This text rebuilds the trajectory of sociolinguistic theories, punctuating the way they have treated questions which are dear to them, such as ‘linguistic attitude’, linguistic prejudice, ‘politically correct’, ‘diglossia’, among others. During this trajectory, the author reflects on the relations between speaker and language in the theories approached, as well as on the political gestures present in the research and the linguistic policies sustained by these theories.*

É notável que uma faceta dos estudos sociolingüísticos – concernente às “atitudes lingüísticas” – vem despertando progressivo interesse no meio acadêmico, entre estudiosos da área. Essa modalidade de estudo – iniciada na década de 1960, especialmente a partir dos trabalhos da psicologia social canadense (W. Lambert e outros) e do lingüista americano W. Labov – veio dar visibilidade, entre outras questões de ordem social e política, ao preconceito lingüístico. Tal tendência parece aumentar o interesse pela pesquisa nesse terreno, ao tempo que faz surgir, em grande monta, os mais diferentes tratamentos e abordagens investigativas sobre as atitudes lingüísticas, com reflexo nas políticas de língua e, não raramente, nos movimentos militantes pela “preservação” ou pelo “respeito” à cultura ou às identidades sociais no país. A importância de se

discutir essa perspectiva de estudo das relações lingüísticas e sociais nas comunidades de fala reside na possibilidade de suscitar reflexões acerca do objeto em si e da diversidade de olhares sobre ele. Neste sentido, uma leitura crítica dos limites (teóricos, metodológicos e, eventualmente, éticos), enquanto sociolingüistas, impõe-se em primeiro plano.

Podem-se considerar os meados do século passado como uma baliza decisiva no curso dos estudos lingüísticos. No momento em que os estudiosos voltam os olhos para a materialidade da língua e seu uso concreto e real nas sociedades, abrem-se novas e amplas perspectivas de pesquisa, que vão resultar em uma multiplicidade de teorias, objetos de investigação e metodologias de trabalho.

A Sociolingüística surge nesse cenário, entre os anos 50 e 60, como uma espécie de disciplina pioneira da nova rota, e estabelece, nos estudos variacionistas de William Labov, um marco paradigmático. Outros americanos, como ele, despontavam na mesma época, apresentando já uma diversidade de linhas de pesquisa sobre a heterogeneidade da língua falada, relacionado-a ora à problemática do multilingüismo e educação (Joshua Fishman), ora à antropologia urbana e análise de discurso (John Gumperz), ou à etnicidade e ao folclore (Dell Hymes). Surgem daí disciplinas autônomas, como a Lingüística Antropológica e a Sociologia da Linguagem, e os estudos espaciais da língua (como a Dialetolegia e a Geografia Lingüística) ganham novo impulso.

Velhas questões, já debatidas por Labov (1977) nos seus trabalhos iniciais, e ainda na ordem do dia, dizem respeito: 1) à denominação da disciplina – Sociolingüística – e 2) aos efeitos das relações sociais sobre as estruturas lingüísticas e vice-versa. O autor considera que o termo “sociolingüística” é “equivocado e curiosamente redundante”, levando-se em conta que a língua é, por si só, uma forma de comportamento social, opinião compartilhada por inúmeros outros estudiosos que o sucederam. Quanto à segunda questão, Labov defende que os processos sociais é que incidem sobre as estruturas lingüísticas, não o contrário, e que “... a variação no comportamento lingüístico não exerce por si mesma um influxo poderoso no desenvolvimento social, nem afeta drasticamente as condições de vida de um indivíduo” (tradução livre, p. 155); o inverso disso é defendido pela chamada Sociologia da Linguagem, que tem em Fishman (1995) uma importante referência. Já os estudos sociolingüísticos mais recentes, especialmente os produzidos na Europa (Calvet, 1999, 2002, 2005; Gadet, 2000, 2004; Schlieben-Lange, 1977, 1993; Cameron, 1995, 2001) indicam que tais relações representam uma via de mão dupla quando se consideram os movimentos históricos e políticos: as pressões sociais incidem sobre a estrutura da língua, ao mesmo tempo em que as diferentes maneiras de falar hierarquizam e discriminam os

grupos de falantes, afetando suas relações de convivência social. E vão além: já não é suficiente descrever os processos de variação e mudança lingüísticas, demonstrar quem fala o quê, onde e como, ou discutir a interação social nos ambientes multilíngües. Todas essas questões não deixam de ter importância, mas tornam-se hoje pontos de partida para reflexões mais amplas, ou, dizendo de outra forma, oferecem munição para as discussões que vão do plano teórico-conceitual da Sociolingüística e outras disciplinas da fala ao paradoxo das políticas de língua, que, enquanto reconhecem o curso normal das variações e mudanças lingüísticas, buscam insistentemente a planificação da língua, ainda que de forma velada.

Calvet (1999) aponta lacunas na teoria do americano Ferguson (1959), que desenvolve o estudo da diglossia (termo cunhado pelo próprio Ferguson), fundado sobretudo nas noções de função (distribuição funcional de uso das variedades) e prestígio (variedade alta/variedade baixa). Considera o sociolingüista francês que é insuficiente analisar as diferenças lingüísticas sem levar em conta as razões históricas e sociológicas que remetem ao poder, às relações de força que determinam essas diferenças. Além do mais, defende Calvet, mesmo que Fishman (1995) tenha revisto a teoria original de Ferguson, desconstruindo a idéia do caráter estável das situações de diglossia e distinguindo o bilingüismo individual do social, é necessário alargar ainda mais a visão de dinamicidade das diferenças lingüísticas, indo do que ele chama metaforicamente de “visão fotográfica” para uma visão “cinematográfica” das relações lingüísticas nas sociedades.

Gadet (2000) defende a necessidade de se conceber a Sociolingüística numa articulação dinâmica das duas ordens: o social e o lingüístico. Para ela, no lugar de formulações do tipo “a língua exprime ou reflete o social”, em que se vê o locutor como um organismo condicionado, depositário da ocorrência das variantes lingüísticas, é preciso encarar um sujeito em ação numa atividade discursiva, na condição de protagonista de um processo de interação e, principalmente, de significação social. Dessa forma, acredita a autora, a Sociolingüística avança do lugar da descrição de usos e da repetição de diagnósticos sociais para tornar-se explicativa, interpretativa das relações efetivamente “sociolingüísticas”.

Interpõe-se entre as questões levantadas sobre a disciplina Sociolingüística o julgamento público (manifesto ou velado) da e sobre a língua. Na verdade, ao identificar variedades altas ou baixas, ou seja, ao distinguir critérios de prestígio e desprestígio entre traços lingüísticos numa sociedade bilíngüe, Ferguson já lidava com avaliações resultantes de embate de forças, oposições, resistências, interdições, mesmo que ele tenha silenciado essas questões e se restringido à observação funcional

da variação. Conforme defendem Calvet, Gadet e outros estudiosos, a significação social não é um dado já-lá, pronto para ser coletado e descrito, divorciado da história, da política e dos movimentos da sociedade. Os julgamentos que os falantes fazem sobre a própria língua e sobre a língua dos outros, a que se chama de “atitudes lingüísticas”, representam pistas importantes para a compreensão das mudanças lingüísticas estruturais, mas também respondem a indagações sobre o funcionamento da própria sociedade, afetada pela heterogeneidade lingüística.

Os famosos testes formais aplicados por Labov em seus estudos pioneiros em Nova York tinham por fim distinguir atitudes sociais a respeito da linguagem na comunidade e obter informações sociais veiculadas pelas formas dialetais. Os aportes metodológicos da Psicologia Social, especialmente a técnica dos “falsos pares”, desenvolvida por Lambert e outros teóricos canadenses, ofereceram ao pesquisador americano a possibilidade de medir reações subjetivas dos falantes e cada valor particular das variáveis, a partir do que ele formula alguns de seus princípios, que, não obstante algumas críticas que os sucederam, lançaram base para inúmeros estudos mundo afora e para a própria evolução da disciplina. A regularidade de avaliações subjetivas semelhantes, exaustivamente observada e demonstrada pelo pesquisador, revela o rigor científico com que conduziu suas pesquisas. A sistemática pela qual conduziu as descrições e as análises que fundamentam seus princípios dá-lhe autoridade para criticar – e ele critica – duramente os teóricos que pisam esse terreno de forma puramente intuitiva, conjectural, lançando mão de anedotas ou do que ele chama de “experimentos mentais imaginários”, como o caso fantasioso de uma suposta criança que cresce sozinha, sem ninguém que lhe ensine a falar... Em suma, Labov defende que discorrer sobre atitudes lingüísticas exige muito mais do que observar os fatos sociais relacionados às variáveis, é necessário conhecer as particularidades da língua, descrever os fatos lingüísticos, identificar traços que conduzam à eficácia da pesquisa, ou seja, considera uma leviandade fazer interpretações sem anterior descrição sistemática do que se quer interpretar. Este é o primeiro ponto que chama à reflexão: ainda que tenha ampliado seus horizontes teóricos rumo a análises mais discursivas e menos estatísticas, a Sociolingüística não prescinde do rigor investigativo. Chamados *ex more* de “sociolingüística qualitativa”, muitos estudos dos comportamentos lingüístico-sociais, ou seja, das atitudes lingüísticas, algumas vezes negligenciam seu próprio objeto central, que é a linguagem, e, mais especificamente, a língua na sua variação.

Nessa direção, parece mesmo muito tênue a fronteira entre a Sociolingüística e a Sociologia, já que esta não pode definitivamente pôr de lado, em seus tratados, a linguagem humana. Entretanto, pelo sociolin-

güista, a língua não deve ser tratada como mera coadjuvante das relações estudadas.

Definir ou eleger um ângulo teórico no vasto leque epistemológico que abarca hoje as disciplinas da fala, reconheça-se, não é tarefa fácil; ancorar-se em propostas metodológicas seguras, neste campo, também parece uma empreitada quase impossível. Apesar disso, é imprescindível o conhecimento consistente de um tal objeto que dará sustentação a análises, o que elimina grande parte dos riscos que se corre quando se lida com matérias tão flutuantes e complexas, como são a língua e a sociedade. Um desses riscos é o de se “fabricar” resultados a partir de equívocos, como por exemplo, quanto à normatividade da língua, normatividade que, na perspectiva da própria Sociolinguística, não é algo adstrito à variedade formal, pois que a norma está presente em todas as manifestações linguísticas correntes. Estudar as atitudes linguísticas relativamente ao português do Brasil, o que vale dizer, estudar tais relações dentro de uma mesma língua, demanda conhecer não apenas as descrições e normativas gramaticais da língua escrita, chamada “padrão” (que no Brasil sustenta os estatutos de língua nacional e língua oficial atribuídos à língua portuguesa), mas também as particularidades fonéticas, sintáticas e léxicas características das variedades da fala. Parece mesmo fora de propósito adotar procedimentos de cotejamento, atribuir e polarizar valores, estabelecer parâmetros e paralelos sem que se tenha em mãos um corpus de base descritivo-normativa. Discursar sobre desigualdades, preconceitos e outras mazelas sociais e extralingüísticas exige que se atenha antes ao funcionamento interno da própria língua.

Uma outra questão relevante é a ilusão que se tem de que as avaliações feitas pelos falantes sobre a língua e, por extensão, sobre os próprios falantes e a sociedade, nos dizem verdades sobre as práticas linguísticas. Conforme bem lembra Calvet (1999, p. 90), as enquetes avaliativas apenas sinalizam a idéia que os falantes fazem de suas práticas languageiras. Tais enquetes, aplicadas com o fim de investigar julgamentos e escolhas, têm o caráter de sondagens de opinião e, portanto, são passíveis de equívocos, apresentam margens de erro que se devem considerar. Além do que, por mais informal que seja o contexto em que se realizam entrevistas, os sujeitos quase sempre têm consciência de que se trata ali de um exercício de metalinguagem, e têm também consciência de sua condição de informantes sobre questões nada pacíficas, o que pode induzi-los a falseamentos e à insinceridade nas reações e avaliações. Essas eventuais “distorções” nas respostas podem representar, elas próprias, importantes elementos de análise das atitudes, porém nem sempre são flagradas pelo pesquisador. Por conseguinte, considerando que a análise

do sociolinguísta, neste caso, acaba se configurando em “julgamento de julgamentos”, toda e qualquer análise dessa natureza nos impõe discernimento e cautela.

São ainda dignos de nota os efeitos produzidos pelos estudos da Sociolinguística, sobretudo no que concerne às atitudes, sobre as relações políticas institucionais e outras nem tanto. Certamente, debater este assunto significa se enredar numa malha copiosa de pontos de vista e de vieses teóricos. Entretanto, mantendo a linha ensaísta, este texto limita-se aqui a referenciar algumas questões que poderão acrescer elementos à reflexão proposta.

Sabe-se que os estudos da fala, a partir da Sociolinguística e disciplinas afins, trouxeram à baila, no meio social, adversidades ideológicas e jogos e choques de força e poder políticos. O preconceito, as discriminações, as censuras, enfim, todas as formas de conflito produzidas na e pela linguagem humana ganham maior transparência a partir dessa ampliação conceitual sobre as diferenças linguísticas. A emergência e a difusão desses estudos ocorrem concomitantemente aos estatutos e acordos internacionais do pós-guerra (especialmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948), que reescrevem os princípios da Revolução Francesa e orientam as Constituições dos países-membros da ONU no que respeita aos direitos individuais e coletivos. Essas leis nacionais e protocolos internacionais oferecem garantias institucionais aos movimentos em favor do que hoje se designa de “politicamente correto”, o que vem, num crescendo, mudando surpreendentemente o funcionamento social. A intolerância à discriminação social chega à linguagem, ancorada nos estudos acadêmicos e reforçada pela intensa propagação de informações em nível planetário, que dão conta da existência real do preconceito linguístico no meio social e das formas de colonização ou neocolonização através da língua.

Neste sentido, aquilo que Schlieben-Lange (1993) chama de “discurso público e cotidiano sobre a língua”, que significa falar da língua, falar sobre a língua, tanto no plano descritivo quanto no avaliativo, não pode mesmo, conforme defende a autora, ser ignorado pelos estudos da Sociolinguística, nem subestimado como ponto de partida para intervenções político-linguísticas. É o que se vem tentando fazer no Brasil, desde os anos 1970, quando o regime militar criou a primeira Comissão de especialistas, presidida por Celso Cunha, para apresentar propostas de mudança no ensino da língua no país, que já se anunciava “em crise”: as “contribuições” da Sociolinguística estão lá, no relatório da Comissão, num discurso contraditório: enquanto os estudos que emergiam na época representavam avanço na compreensão da linguagem humana, eram também um dos pivôs da “crise”. Enquanto o documento, em certo lu-

gar, afirma a “contribuição importante” da Sociolinguística – “a opinião tradicional de que apenas um determinado código lingüístico pode ser considerado correto e socialmente bom é substituído pelo conceito de que há variações dialetais e de registro, nenhuma intrinsecamente boa ou má” – apresenta reservas e manifesta temor de que viessem abaixo os alicerces formais da língua, com a manipulação das teorias lingüísticas por professores despreparados:

...a importância da língua oral ressaltada pela Linguística tem levado a minimizar a da língua escrita e a relegá-la a segundo plano na escola; o conceito de variantes lingüísticas, estabelecendo que nem só o português literário é bom, tem levado, também na área da língua, à permissividade, a uma posição ingênua e simplista de que qualquer português é bom.

De lá para cá temos observado um percurso tortuoso. Hoje vemos que, ainda sem saber lidar com a heterogeneidade lingüística e sob a pressão do “politicamente correto”, as políticas públicas tentam controlar as atitudes lingüísticas espontâneas, apelando para lições da ordem do moral, do quase doutrinário: o “respeito à fala do outro” é um mote redundante nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) da linguagem, sem que se explique o que significa isso. Entretanto, constata-se que isso não ocorre apenas no Brasil. É ilustrativo um comentário de Louis-Jean Calvet no prefácio de uma edição recente de seu livro “Lingüística e colonialismo”. São palavras dele, em tradução livre:

Lingüística e Colonialismo veio à luz em abril de 1974. A acolhida com que o brindou a imprensa (artigos: muitos e muito favoráveis), as traduções (para o italiano, alemão, servo-croata, espanhol, galego) não me surpreenderam excessivamente: eu não havia percebido ainda quão difícil, hoje ainda mais que antes, é para uma obra de humanidades chegar ao grande público. Assim, pouco a pouco, o êxito (sem dúvida, relativo) do livro me devolveu uma imagem difícil de aceitar. Tanto na França (entre os militantes bretões, bascos, occitanos...) como na África, ‘Lingüística e Colonialismo’ havia se convertido numa espécie de devocionário, e se investia de um papel que eu não havia escolhido.

E o autor segue criticando os movimentos que se valem de oposições simplistas entre “dominantes e dominados” e que se traduzem em reivindicação de defesa de línguas e formas lingüísticas estigmatizadas,

“como quem defende as focas-bebê”, sem levar em conta a complexidade política que envolve as trocas lingüísticas.

Os movimentos militantes na área da linguagem não representam um mal em si, porém causa estranheza o engajamento sem muito critério, quando o sociolingüista se desloca do lugar que lhe cabe em primeiro plano, o de pesquisador, para o de doutrinador ideológico.

Enfim, é importante que o trato das atitudes lingüísticas se oriente por estudos mais densos que, para além de descrições de usos e avaliações da língua, avancem rumo a formulações sobre a língua brasileira e suas variedades, bem como as línguas naturais do Brasil, atribuindo a seus usuários não apenas a condição de “falantes” ou de “informantes”. E isto significa considerar sua posição de *sujeitos* da língua, enfronhados e determinados por processos histórico-ideológico-sociais quando fazem suas avaliações, escolhas e julgamentos sobre a língua. “Respeitar os diferentes modos de falar” poderá, quem sabe, ganhar sentido a partir de uma construção consciente de valores sociais, ou seja, quando o mote se desvencilhar do campo da pregação.

Referências Bibliográficas

- CALVET, Louis Jean. *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Hachette Littératures, 1999.
- CAMERON, Deborah. *Verbal hygiene*. London: Routledge, 1995.
- _____. *Working with spoken discourse*. London: Sage, 2001.
- _____. *Linguística y colonialismo: breve tratado de glotofagia*. México: Fondo de Cultura Económica de España, 2005.
- FERGUSON, Charles. *Diglossia*. Word, 1959.
- FISHMAN, Joshua A. *Sociologia del lenguaje*. Trad. Ramón Sarmiento e Juan Carlo Moreno. Madrid: Ediciones Catedra, 1995.
- GADET, Françoise. Vers une sociolinguistique des locuteurs. In: *Annuaire International de la Sociolinguistique Européene*, no. 14. Tübingen: Ammon, Mattheier & Nelde Editeurs, 2000.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *Iniciación a la sociolingüística*. Madrid: Gredos, 1977.
- _____. *História do falar e história da lingüística*. Trad. Fernando Tarallo et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

Palavras-chave: teorias sociolingüísticas, políticas lingüísticas, subjetividade

Key-words: sociolinguistic theories, linguistic policies, subjectivity

